

CADERNOS DE TRABALHO NETSAL

V2 #6 | 2014



**A SOCIOLOGIA COMO PROFISSÃO NO BRASIL E NA
ARGENTINA. FORMAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E INTERVENÇÃO
DOS SOCIÓLOGOS**

Pedro Blois

CADERNOS DE TRABALHO NETSAL

Os Cadernos de Trabalho NETSAL são uma nova publicação trimestral do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Esta série, iniciada em 2013, publica estudos que sejam resultados de pesquisas, empíricas e/ou teóricas, afins às linhas e áreas de trabalho do NETSAL. Trata-se de números monográficos que podem tanto discutir resultados de investigações finalizadas como propor novas agendas de pesquisa.

Publicado três vezes ao ano, aceitam-se trabalhos em português, espanhol e inglês. Propostas de textos, de até 50 páginas, podem ser apresentadas ao conselho de redação via email (netsal@iesp.uerj.br), acompanhados de resumo em torno de 120 palavras, em que fique clara uma síntese de propósitos, dos métodos empregados e das principais conclusões do trabalho, além de palavras-chave e mini cv do autor.

Conselho de Redação:

Diretores: Breno Bringel e José Maurício Domingues

Editor: Pedro Borba

Design editorial e diagramação: Carolina Niemeyer

ISSN: 2317-9104

Netsal – Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina

<http://netsal.iesp.uerj.br/index.php/pt/>

IESP – Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua da Matriz, 82, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ CEP: 22260-100. Tel.: +55 (21) 2266-8300
<http://www.iesp.uerj.br/>

A SOCIOLOGIA COMO PROFISSÃO NO BRASIL E NA ARGENTINA. FORMAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E INTERVENÇÃO DOS SOCIÓLOGOS

Pedro Blois

Juan Pedro Blois é licenciado em Sociologia e doutorado em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires, sendo atualmente professor do Instituto de Ciências da Universidade Nacional General Sarmiento (Argentina). Suas principais áreas de interesse são sociologia do conhecimento, teoria sociológica e sociologia das profissões. De junho de 2013 a maio de 2014 foi pesquisador visitante do NETSAL, desenvolvendo pesquisa comparada entre Brasil e Argentina com apoio de bolsa de Pós-Doutorado Júnior do CNPq

RESUMO

Nas últimas décadas os espaços profissionais dos sociólogos e cientistas sociais no Brasil e na Argentina cresceram e se diferenciaram. Por um lado, as instituições universitárias experimentaram um processo de profissionalização que, mesmo com particularidades em cada país, ampliaram as posições onde era possível se dedicar à docência e à pesquisa acadêmica. Por outro, um conjunto diverso de instituições não acadêmicas começou a contratar um número cada vez maior de sociólogos (dependências estatais, institutos de pesquisa, empresas privadas, ONG, etc.). Este texto analisa os processos de diferenciação profissional da sociologia no Brasil e na Argentina em uma perspectiva histórica e comparada. Em oposição ao que se poderia esperar, dadas as diferentes trajetórias da disciplina em cada país, o modo pelo qual os sociólogos desempenham os diversos tipos de trabalho apresenta fortes convergências, vinculadas ao predomínio de uma forma de conceber a sociologia que rejeita o seu desenvolvimento como uma profissão de consulta.

Palavras chave: sociologia; institucionalização; profissão; Brasil; Argentina

INTRODUÇÃO¹

Nas últimas décadas, os espaços de trabalho dos sociólogos no Brasil e na Argentina apresentaram um notável crescimento e heterogeneização. Por um lado, as instituições acadêmicas experimentaram um processo de “profissionalização” que, mesmo com diferenças em cada caso e de acordo com distintas temporalidades, ampliaram os lugares onde era possível dedicar-se à docência e à pesquisa social. Por outro lado, se somaram um conjunto de instituições não acadêmicas que começaram a contratar um número cada vez maior de sociólogos: dependências estatais, consultoras de opinião pública e análise de mercado, grandes empresas privadas, ONG, etc. (Braga, 2011; Rubinich e Beltrán, 2010)².

O repertório das atividades e práticas desenvolvidas pelos sociólogos é, neste marco, muito amplo e demanda diversas habilidades ou destrezas. Desde a produção, sistematização e análise de distintos tipos de informação (tarefas em que o instrumental metodológico próprio da disciplina é profusamente utilizado) até as atividades de gestão e planificação em diversas instituições, passando pelas tarefas de intervenção direta com grupos sociais variados. Neste sentido, diferentemente de outras profissões, os sociólogos mostraram uma notável versatilidade e uma grande capacidade para penetrar em campos de intervenção.

Embora não se trate de um fato sem precedentes, este processo supôs uma redefinição profunda do cenário da sociologia brasileira e argentina, com um número crescente de indivíduos que passam a utilizar as ferramentas próprias da disciplina em distintas instituições ou esferas da sociedade civil e do Estado. Em um contexto marcado pelo retrocesso da figura do “intelectual público” de grande prestígio entre os sociólogos nos anos sessenta e setenta (Pécaut, 1990; Svampa, 2008), produziu-se a emergência de um conjunto variado de práticas profissionais: o “trabalho acadêmico”, a “consultoria para ONG”, o “trabalho estatal”, a “pesquisa de mercado”, a “análise de opinião”, entre outras. Se por vezes os sociólogos se especializam em uma só destas atividades, adotando um perfil relativamente “puro”, há casos em que as combinam, seja circulando de uma a outra ao longo do tempo, ou mesmo de modo concomitante, adotando um perfil mais híbrido³.

Este texto tem como proposta a análise dos processos de diferenciação profissional da sociologia no Brasil e na Argentina em uma perspectiva comparativa. A pergunta que orienta a pesquisa é: como se relacionaram os processos históricos de conformação e institucionalização da disciplina em cada país com a constituição das práticas profissionais dos sociólogos? Segundo entendemos, a história de uma disciplina não é um passado morto, algo que simplesmente aconteceu e que já não tem efeito nenhum. Pelo contrário, as diversas tradições e modos de pensar a prática dos sociólogos formados ao longo do tempo (e sedimentados em instituições, culturas e ideais particulares), são fundamentais para entender o presente das práticas profissionais da disciplina. Com efeito, poderíamos afirmar que, quando um sociólogo vai procurar trabalho, boa parte da história da disciplina, com suas tensões e caráter conflituoso, é reatualizada. Os esquemas de percepção e classificação a partir dos quais ele define o que é um trabalho desejável ou “sociológico” (e aquilo que não o é), tanto como a receptividade das instituições onde ele

se insere – com os estereótipos mobilizados sobre a disciplina, com os seus graus de conhecimento sobre aquilo que um sociólogo pode fazer, com o reconhecimento e as responsabilidades que lhe conferem, etc. –, são o produto de uma particular constituição histórica de um campo disciplinar e profissional num determinado país. Nas tensões, dificuldades ou dilemas que todo sociólogo enfrenta quando ingressa no mundo do trabalho, assim como nas condições objetivas que ele encontra, faz-se presente o produto herdado das relações que sua disciplina construiu em seu desenvolvimento histórico com as instituições acadêmicas, o campo intelectual, o Estado e a sociedade. O olhar para o passado, então, não é um fim em si mesmo. Longe disso, ele é um meio indispensável para dar conta das práticas e orientações do presente.

O que nos propomos a trabalhar é um âmbito relativamente pouco estudado. Mesmo quando nos últimos anos as pesquisas sobre a trajetória da sociologia e as ciências sociais tiveram tanto no Brasil como na Argentina um crescimento considerável, o foco das atenções esteve direcionado para sua implantação e desenvolvimento como disciplinas acadêmicas, ou na obra e pensamento das suas principais figuras e representantes. Nessas condições, a intervenção dos sociólogos para além dos muros universitários, mesmo tendo efeitos práticos muito importantes sobre diversas instituições sociais, ficou relativamente invisibilizada⁴.

Em primeiro lugar, esta pesquisa reconstrói de maneira breve alguns dos principais elementos da trajetória da disciplina no Brasil e na Argentina, procurando ilustrar suas diferenças. Em seguida, são analisadas as práticas profissionais dos sociólogos a partir de uma série de eixos: 1) a vinculação entre espaços de formação e mundo do trabalho; 2) o papel das associações profissionais; 3) a relação com os clientes, públicos e esferas de intervenção. Em terceiro lugar, procura-se dar conta das semelhanças encontradas em ambos os casos, que são muito convergentes segundo poderemos ver, considerando o predomínio de uma tradição ou cultura sociológica crítica, que deslegitima a conformação da sociologia como uma profissão de consulta (Freidson, 2009)⁵.

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA SOCIOLOGIA NO BRASIL E NA ARGENTINA

Quando se consideram em chave comparativa as trajetórias da sociologia no Brasil e na Argentina, desde a fundação dos primeiros cursos universitários, é possível identificar fortes particularidades nacionais. Embora seja possível reconhecer certas afinidades, os esforços feitos em ambos os países para institucionalizar e legitimar a disciplina ensejaram resultados distintos. Enquanto na Argentina o desenvolvimento da sociologia aparece marcado por uma sucessão conflituosa de fases, muito divergentes entre si, no Brasil, em contraste, seu percurso caracteriza-se por uma relativa estabilidade na qual as continuidades são mais fortes do que as rupturas⁶.

Na Argentina a trajetória da sociologia esteve caracterizada por uma forte instabilidade, com momentos de clara ruptura que, em vários casos, demarcaram períodos que se pretendiam “refundacionais” (Pereyra, 2007; Rubinch, 1999). Essa instabilidade esteve associada à inexistência de um acordo sobre aquilo que a disciplina era e devia ser. Pelo contrário, os limites, as formas de trabalho e o próprio sentido da sociologia foram sempre objeto

de intensas lutas e disputas (Blois, 2008). Para alguns, como Gino Germani, fundador do primeiro curso de graduação no país, a sociologia era uma disciplina científica que, mesmo tendo no mundo acadêmico a base central para o seu desenvolvimento, deveria constituir-se como uma prática “aplicada” nas mais diversas instituições e esferas sociais, motivada pela busca de respostas às necessidades urgentes da sociedade (Germani, 1962). Para outros, que defendiam uma disciplina mais diretamente “engajada” e alinhada com os debates ideológicos e políticos, a ideia de profissão não incitava interesse algum. Para eles, essa ideia aparecia como um álibi que, com base em uma falsa neutralidade, colocava o sociólogo a favor da manutenção da ordem vigente e ao serviço dos poderosos (Verón, 1974). As disputas foram tão fortes que, sem exagero, foi possível falar em “sociologias” no plural, referentes a estilos ou grupos diferentes que não se reconheciam como interlocutores válidos (Delich, 1977).

De todo modo, as rupturas e reorientações experimentadas pela sociologia na Argentina não foram somente consequência das diferenças entre os próprios sociólogos e as suas ideias sobre aquilo que a disciplina era ou tinha que ser. Longe disso, essas rupturas estiveram fortemente condicionadas pelas sucessivas crises políticas e sociais que frequentemente sacudiram a vida do país, coincidindo muitas vezes as substituições das autoridades de governo com renovações profundas dos corpos de professores e das orientações dominantes na disciplina. Somente a partir da restauração da democracia nos anos oitenta foi inaugurado um período de estabilidade que, em boa medida, chega até o presente (Blois, 2009; Kreimer e Blanco, 2008).

Em contraste, o desenvolvimento da sociologia no Brasil aparece caracterizado por uma progressiva institucionalização. Com efeito, desde meados dos anos trinta, momento em que as ciências sociais são implantadas na academia como cursos de graduação, a sociologia tendeu a consolidar e expandir sua presença em instituições de educação superior e nas agências de fomento científico. Nesse sentido, entre aqueles que têm se dedicado a estudar a trajetória da disciplina no Brasil existe um consenso em torno ao “sucesso” da sua institucionalização. Seja no que se refere à quantidade de cursos de graduação e pós-graduação, seja no que tange às menções à multiplicação de revistas especializadas, ou ainda, no que se reporta ao financiamento acordado pelas instituições de fomento científico, todos coincidem em destacar a força de sua consolidação (Miceli, 1995; Trindade, 2007).

Evidentemente, este êxito institucional não implica na ausência de fortes divergências na hora de conceber a natureza ou o status da sociologia e o papel do sociólogo na sociedade. Cabe lembrar aqui as marcadas diferenças entre os estilos sociológicos que caracterizaram os dois polos intelectuais mais importantes do país: São Paulo e Rio de Janeiro. Enquanto no primeiro predominou o exercício propriamente acadêmico da sociologia – representado de maneira arquetípica pelos sociólogos da USP –, no Rio de Janeiro se afirmou, em contrapartida, uma mais explícita vocação pela intervenção política e ideológica – adotada de maneira patente no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) (Blanco e Jackson, 2014; Keinert, 2010; Oliveira, 1995; Miceli, 1995; Vianna, 2004)⁷. Todavia, em contraste com o ocorrido na Argentina, essas diferenças não impediram o diálogo ou intercâmbio entre os diversos estilos e orientações⁸. Se não faltaram as críticas agudas e os intensos

debates, o fato mesmo de a polêmica existir demonstra o reconhecimento do outro como membro de uma mesma comunidade disciplinar.

Os caminhos da sociologia no Brasil e na Argentina não podem ser dissociados das particulares relações que a disciplina teceu, em cada caso, com o Estado. No Brasil, mesmo quando essa vinculação não esteve isenta de fortes tensões e conflitos, os sociólogos puderam aproveitar a receptividade que, sob diversas modalidades, a instituição estatal teve com a disciplina e legitimar (também sob modalidades diferentes) a importância ou pertinência de suas atividades. Se isso pôde assegurar um significativo apoio material, produziu também uma ampla expectativa sobre o papel da disciplina na resolução dos problemas e desafios que o Estado, e aqueles que o controlavam, reconheciam como mais urgentes (Carvalho, 2007).

Essa vinculação inscrevia-se na relação mais ampla entre intelectuais e elites políticas que, desde a própria constituição do Estado brasileiro, conferiu um importante papel à ciência e ao saber especializado – como quer que este fosse definido – na hora de orientar as iniciativas políticas e os horizontes de ação. Desde então, e durante boa parte do século XX, deu-se uma dinâmica de reforço mútuo: enquanto as elites buscavam no discurso, invenções e achados dos intelectuais um recurso capaz de fundamentar e legitimar suas iniciativas, para o qual empreendiam ativas políticas culturais, os intelectuais (em suas mais diversas orientações), atendendo a essas demandas, procuraram constituir-se como um grupo com a capacidade e a responsabilidade de intervir ativamente na esfera pública “a serviço da construção política do país” (Pécaut, 1990)⁹.

Essa realidade contrasta marcadamente com a situação argentina, onde a vinculação entre intelectuais, elites e Estado foi muito mais problemática, como fica claro na relação conflituosa das autoridades políticas com as universidades públicas e no frequente florescimento de circuitos intelectuais alternativos e em disputa com os oficiais¹⁰. A relação, cabe destacar, não foi diferente com outras instituições da sociedade civil (sindicatos, organizações empresariais, partidos políticos majoritários, etc.), onde os intelectuais raramente puderam incorporar-se ou serem reconhecidos como vozes destacadas. Entre tais instituições e os intelectuais tendeu a predominar uma persistente desconfiança (Sarlo, 2002). Os intelectuais, e entre eles os sociólogos, tenderam a definir suas intervenções e identidades a partir de uma postura “contra” o Estado. Este, em contrapartida, tendeu a ignorá-los.

Como mostra disso, cabe lembrar a forma em que se produz a institucionalização da sociologia e das ciências sociais como cursos de graduação em cada país. No Brasil sua incorporação foi uma iniciativa das elites sociais e culturais (paulistas e cariocas), que lutavam pela liderança cultural e política da federação (Limongi, 1989)¹¹. Disso decorre a iniciativa de convocar um conjunto de professores e pesquisadores estrangeiros como estratégia de importação da nova disciplina (Massi, 1989). Comprometidas com o projeto político de desenvolvimento da cultura, o apoio das elites não minguou mesmo quando os espaços de formação intelectual redefiniram suas metas, reclamando, ao menos em São Paulo, uma maior autonomia diante das orientações dos seus mentores (Miceli, 1989).

Na Argentina, em contraste, a criação do primeiro curso, na Universidad de Buenos Aires (UBA), foi um empreendimento liderado por um grupo

reduzido de sociólogos e estudantes sem muitas vinculações com as elites sociais e políticas. Mesmo quando os recursos estatais não foram inexistentes (dado que o curso se fundava em uma universidade federal), a maior parte do apoio econômico para essa empresa proveio de um conjunto de instituições estrangeiras e internacionais (Noé, 2005; Germani, 2004). Os acontecimentos produzidos em 1966, após o golpe de Estado, ilustram a debilidade desses laços. Sem mentores ou protetores entre as novas autoridades militares, a maioria dos docentes formados por Germani teve que sair da universidade, enquanto o curso era reorganizado sobre bases certamente diferentes daquelas projetadas pelo sociólogo italiano (García Bouza e Verón, 1967).

Ao analisar o impacto dos golpes de Estado na disciplina, as diferenças na relação da sociologia com o Estado são também muito claras. De modo oposto ao efeito fortemente desarticulador das duas últimas ditaduras militares na Argentina (1966-1973 e 1976-1983), o regime que assumiu o poder no Brasil em 1964 inaugurou de modo paradoxal um processo de crescente institucionalização e expansão (Miceli, 1995). A ação das autoridades combinou uma definida intervenção repressiva¹² com uma política de crescimento e “modernização” das instituições acadêmicas e científicas que não tinha precedentes no país (Ortiz, 1990). Mesmo quando essa política não tinha a sociologia e as ciências sociais como destinatárias principais – o apoio era direcionado às ciências da natureza e à sua promessa de progresso tecnológico –, a expansão do investimento acabou favorecendo seu desenvolvimento, visível na forte ampliação do ensino de pós-graduação e nos auxílios disponibilizados para pesquisa.

Enquanto os militares brasileiros promoviam uma vinculação estreita entre docência e pesquisa, seus homólogos argentinos procuraram de forma deliberada seu divorcio. Para isso, eles reduziram os orçamentos universitários, reorientando os investimentos a favor de uma série de institutos de pesquisa dependentes do Estado, mas separados das universidades. Segundo sua visão, as universidades deviam se concentrar na tarefa de ensino, com um decidido perfil “profissionalista” (Bekerman, 2009). Nesse marco, o curso da UBA, o mais importante do país, sofreu uma forte intervenção. Inicialmente fechado, foi reaberto em 1977 em condições irreconhecíveis. O número de estudantes tinha baixado a uma pequena fração e os professores tinham sido substituídos quase em sua totalidade. Seus sucessores tinham uma formação pouco especializada: as diversas “sociologias” que tinham se alternado no controle da instituição desde a sua fundação – a “sociologia científica”, a “sociologia nacional”, a “sociologia marxista” – foram todas excluídas (Raus, 2007; Sidicaro, 1993).

Desse modo, ganharam importância os denominados centros privados de pesquisa, cujas atividades ilustram, uma vez mais, as diferenças nos processos de institucionalização da sociologia em cada país. Esses centros, tanto no Brasil como na Argentina, serviram de refúgio para os sociólogos que tinham sido afastados pelas autoridades militares de seus postos de trabalho nas universidades e se constituíram como espaços dinâmicos na renovação das orientações e estilos de trabalho (Brunner e Barrios, 1987). Nessa particular conjuntura, tiveram um significativo apoio e financiamento de fundações estrangeiras. Mas os centros brasileiros, fiéis à tradicional relação dos intelectuais com a política e o Estado, puderam realizar uma série de pesquisas

sobre a conjuntura política e social, ganhando, não sem resistências, uma importante visibilidade pública. Essa visibilidade, como é sabido, conferiu-lhes um papel central na oposição ao regime militar e nos debates sobre a restauração da democracia (Keinert, 2010; Lahuerta, 2001)¹³. Esse protagonismo contrastava fortemente com aquilo que acontecia com os centros privados na Argentina. Estes, forçados pelo clima de censura e perseguição a funcionar na chamada “universidade das catacumbas”, tiveram suas atividades fortemente “encapsuladas” ao meio intelectual e mais conectadas com as agendas e preocupações das fundações estrangeiras, que financiavam suas atividades, do que com os temas e questões mais destacados e “quentes” no meio local (Sábato, 1996). Isto, sem dúvida, é mais uma mostra da relativa centralidade que a sociologia e as ciências sociais têm tido, desde as suas origens, no campo intelectual e na esfera pública brasileiras, realidade tão contrastante com a situação argentina (Pécaut, 1990)¹⁴.

OS SOCIÓLOGOS E O MUNDO DO TRABALHO NO BRASIL E NA ARGENTINA

Conforme tentamos demonstrar acima, a partir da análise de alguns traços ou conjunturas relevantes, a sociologia no Brasil e na Argentina apresenta trajetórias bastante distintas, condicionadas por uma relação diferente com o Estado e as elites políticas e sociais. Essas diferenças, contudo, não se expressam de maneira tão visível quando se observa o modo pelo qual os sociólogos se vinculam com o mundo do trabalho. Nesse caso, contra o que se poderia esperar, a partir de histórias tão divergentes, os contrastes perdem vigor em favor das semelhanças. Para analisar as práticas profissionais dos sociólogos no Brasil e na Argentina nos centraremos nos seguintes eixos: a relação entre os cursos de graduação e as práticas de seus egressos; o papel das associações de profissionais; e, finalmente, a relação dos sociólogos com seus clientes, públicos e esferas de ação.

Os espaços de formação e as práticas profissionais dos sociólogos

Tanto no Brasil como na Argentina, os cursos de graduação têm como finalidade mais ou menos explícita a formação de sociólogos dedicados à vida acadêmica (Alves, 2007; Andrade, 2002; Blois, 2009; Bonaldi, 2009; Melo, 2005; Schwartzman, 1995; Braga, mimeo). As atividades ou tarefas que aparecem como desejáveis são a docência e a pesquisa. Diante desse ideal, as outras possibilidades profissionais são frequentemente ignoradas (ou inclusive subestimadas ou desvalorizadas). Todas elas – sejam as que se deem no mercado, no setor público ou no denominado terceiro sector – parecem estar debaixo da figura do professor universitário. No Brasil, dada a difusão e institucionalização do sistema de pós-graduação, essa orientação é ainda mais forte: para os docentes e para boa parte dos alunos a graduação aparece somente como um passo prévio e necessário para chegar ao mestrado e depois no doutorado (Leite, 2003).

Segundo têm destacado diversos observadores brasileiros, essa orientação é o resultado do particular perfil dos que são encarregados do ensino.

Em um contexto em que as dedicações de tempo integral são maioria (ao menos nas universidades federais), o estudante é formado quase exclusivamente, e diferentemente do que acontece com outros ramos do ensino superior, por pessoas cuja atividade principal é apenas uma dentre os possíveis campos de intervenção dos sociólogos: a docência universitária e a pesquisa acadêmica (Bonelli, 1993; Braga, 2009; Durand, 1984; Miglievich, 1999). Nessas condições, como observava um analista crítico desta situação,

é fácil passar-lhe uma definição de sociólogo que aponta para uma ideia de trabalho intelectual muito impregnada dos maneirismos, das exigências e das recompensas das hierarquias universitárias e da cultura acadêmica: presença em simpósios, congressos e conferências, titulação e publicações. É por meio dela que a comunidade dos sociólogos, centrada nesse modelo, distingue quem a ela pertence ou não. As demais frentes de trabalho não se representam no magistério das ciências sociais, mantendo-se em relação a elas uma atitude que vai da complacência à hostilidade, em nome do militantismo político e/ou do pensar teórico (Durand, 1984:76).

Contudo, cabe ressaltar que a conformação de um corpo docente mais heterogêneo não garante a implantação de um perfil de ensino mais plural ou aberto. No curso de graduação da UBA, por exemplo, as dedicações de tempo parcial são a maioria, de modo tal que boa parte dos professores têm como inserção principal (em termos do tempo investido assim como dos rendimentos recebidos) uma atividade não acadêmica. Todavia, esses professores não questionam a definição da sociologia como empresa eminentemente acadêmica, perspectiva dominante no curso, não fazendo menção nas suas aulas às atividades extra-acadêmicas e contribuindo, desse modo, a invisibilizar suas próprias práticas como sociólogos para além dos muros universitários (Blois, 2009)¹⁵.

Consequentemente, tanto no Brasil como na Argentina, os espaços de formação das novas gerações de sociólogos apresentam uma forte divisória entre exercício acadêmico e não acadêmico da disciplina. Na medida em que desconhecem as experiências que os sociólogos desenvolvem fora do meio universitário, esses espaços deslegitimam boa parte das inserções disponíveis para os diplomados em ciências sociais ou sociologia. Assim, os futuros egressos aprendem a distinguir entre sociólogos “de primeira”, aqueles inseridos na academia, e sociólogos “de segunda”, aqueles empregados nas diversas instituições não acadêmicas. Nestas condições, aqueles que não queiram ou possam se inserir no meio acadêmico deverão lidar com a sensação de lançar mão de uma prática cujo status “sociológico” (ou pertença à disciplina) está certamente em dúvida (Blois, 2013a; Braga, 2009).

A sociologia como profissão?

As associações profissionais de sociólogos

Tanto no Brasil como na Argentina, as entidades que buscaram representar os sociólogos segundo o modelo das profissões tradicionais estiveram caracterizadas por uma profunda debilidade, falta de reconhecimento e marginalidade no campo. Se, por um lado, conseguiram a promulgação de uma lei nacional de regulação do exercício da profissão, que requisita o

registro de todo sociólogo que atua profissionalmente, por outro, a pequena quantidade de matriculados revela o papel extremamente limitado que seus esforços têm podido exercer na estruturação do mercado de trabalho (sendo muito frequente encontrar sociólogos que desconhecem a existência dessas instituições) (Blois, 2012; Torini, 2012).

No Brasil, a campanha pela regulamentação da sociologia como profissão iniciou-se no começo dos anos sessenta. Em torno dessa iniciativa, de acordo com Marinho (1987), duas posições se enfrentavam. Por um lado, estava aquela “composta por sociólogos de alta qualificação dedicados à pesquisa em sociologia como disciplina acadêmica”, que não procuravam regulação nenhuma. Em outro lado, a postura “integrada, na sua maioria, por sociólogos de menor qualificação acadêmica, empregados preponderantemente em diversos órgãos da administração pública [e que defendiam] como justa e necessária a causa da regulação” (Marinho, 1987:227). Fruto dos esforços destes últimos, em diversos estados foram criadas distintas associações que buscaram afiliar e representar aos sociólogos com inserções não acadêmicas. Essas associações se organizaram a nível federal em 1977, na Associação de Sociólogos do Brasil, mas sempre estiveram sujeitas a uma persistente instabilidade – aos períodos de maior visibilidade se sucederam os momentos de virtual inatividade –, inexistindo conexões firmes com os espaços de formação (Carvalho e Mattos, 2005).

Essa debilidade contrasta com os sólidos alicerces da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), organização com um claro perfil acadêmico, fundada em 1950 e recuperada nos anos oitenta, depois do impasse introduzido pela última ditadura militar (Barreira, 2003; Dwyer, Barbosa e Braga, 2013). A SBS tem sido central, junto com a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), na hora de negociar com as burocracias estatais vinculadas às áreas de educação superior e ciência (Blundi, 1997; Miceli, 1995)¹⁶. Nesse sentido, se não é possível falar em uma profissão de sociólogo constituída segundo o modelo das profissões clássicas, Marinho (1987) não hesita em destacar o sucesso dos “sociólogos acadêmicos” ao se estabelecerem como “profissionais”, eficientes em monopolizar posições, vagas e recursos. Essa realidade contrasta com as persistentes dificuldades dos sociólogos, como categoria abrangente, na hora de reivindicar uma incumbência própria no mercado de trabalho mais amplo (Miglievich, 1999).

Criado em 1975, o Colegio de Graduados de Sociología (CGS) de Buenos Aires se constituiu em um espaço de reunião de vários dos sociólogos que tinham sido expulsos do curso de graduação da UBA a partir da intervenção militar. Esta instituição atingiu certo dinamismo durante os primeiros anos da democracia, tendo um papel destacado na formulação de uma primeira (e falida) grade curricular (ou plan de estudios) para esse curso¹⁷. Contudo, seu sucessor, o Consejo de Profesionales de Sociología (CPS), não manteve aquele lugar, permanecendo como uma instituição pouco relevante e conhecida (Blois, 2009)¹⁸.

Os sociólogos e suas esferas de trabalho

A forma como os sociólogos desenvolvem suas atividades quando se inserem numa esfera ou espaço não acadêmico está fortemente condiciona-

da pela lógica desses espaços. Por seus objetivos e dimensões, essas instituições apresentam importantes diferenças: eles perseguem objetivos específicos, têm tamanho e alcance díspares, demandam tarefas e ritmos de trabalho diferentes, apresentam formas de ingresso e hierarquias particulares. Devido a essas diferenças, tais espaços fomentam a multiplicação de um conjunto variado de práticas ou “ofícios” de sociólogo. Pois bem, como se posicionam os sociólogos no Brasil e na Argentina frente a essas demandas? Qual é o grau de ingerência que têm na hora de definir os modos como respondem aos pedidos? Podem negociar tempos mínimos que garantam um trabalho mais rigoroso, profundo ou atrativo para eles próprios?

Quando são observadas as práticas profissionais dos sociólogos fora da academia, constata-se que seu trabalho, tanto no Brasil como na Argentina, está marcado por uma profunda debilidade frente às demandas e aos interesses de seus clientes ou empregadores. Mesmo quando esta situação possa produzir um persistente mal-estar, eles devem frequentemente trabalhar segundo os prazos, o grau de rigor, e o nível de elaboração ou profundidade definidos por aqueles que os contratam. De acordo com a esfera (o Estado, as empresas, as ONG), os imperativos sem dúvida podem variar, mas em geral tende a predominar uma mesma adaptação. Tomemos, para ilustrar, o caso dos sociólogos especializados em pesquisa de mercado que trabalham em algum instituto ou empresa de consultoria¹⁹.

Neste caso, claro, as necessidades do cliente ou empregador, na medida em que financia o estudo, são elementos iniludíveis. De fato, há casos em que o pedido delimita de maneira estrita aquilo que deve ser feito (estratégia e técnicas metodológicas a utilizar, tamanho da mostra, quantidade de entrevistas a realizar, etc.), mas também existem oportunidades em que a demanda é mais difusa, permitindo lançar mão de uma atividade mais criativa ou autônoma. Todavia, para estes sociólogos o maior condicionamento é, sem dúvida, a necessidade de vender seus serviços. Ela sempre aparece como um limite àquilo que se pode pesquisar, fazer e, inclusive, dizer (podendo ser demandado, por vezes, o abandono das próprias convicções sobre a melhor forma de fazer essa pesquisa ou estudo). Nessas condições, é compreensível que as inquietudes dos clientes ou empregadores imponham, sem muita resistência, o tema, o ritmo e a velocidade do trabalho. Assim, segundo reconhecem os próprios sociólogos, há vezes nas quais mais do que realizar uma pesquisa “séria” ou “bem feita” com a finalidade de compreender uma realidade determinada, o que importa é oferecer argumentos capazes de legitimar ou justificar decisões previamente tomadas. Tal tendência, que não é nova ou recente, era já criticada por Durand (1984) para quem os pesquisadores de mercado se limitavam “docilmente” ao que o cliente postula:

Empregados em jornadas de tempo integral acabam por sucumbir ao ritmo agitado dos prazos de entrega de relatórios e à disputa pelos clientes mais prodígios. Daí resulta tamanha cumplicidade com o meio gerencial, que dificilmente se localiza pesquisador de mercado que tenha perguntas próprias a colocar aos públicos que entrevista [...] Até mesmo quando conseguem desenhar algumas investigações que deem mais curso à imaginação e revelem dimensões desconhecidas da sociedade, não se estimulados a retrabalhar os resultados fora do meio e fora do discurso imposto pelo meio (Durand, 1984: 77,78).

A submissão desses sociólogos às orientações imediatas do cliente pode incomodar, pois não deixam de sentir que o que fazem carece de valor do ponto de vista disciplinar. Todavia, esta situação também tem um lado “libertador”, pois exime os sociólogos da necessidade de pensar as condições nas quais o seu trabalho deveria ser realizado se visado a garantir o rigor e a precisão. No lugar disso, e evitando qualquer negociação que pudesse gerar tensão na relação com aqueles que fornecem os recursos, os graduados oferecem o que o cliente ou o empregador demanda (e acredita precisar). Isso, é claro, não necessariamente coincide com o que poderia surgir de um estudo mais sistemático.

Nessas condições, a tensão constitutiva a qualquer profissão entre o interesse comercial (a necessidade de vender um serviço) e a ética profissional (a necessidade de realizá-lo com base em certos padrões de qualidade cognitivos e éticos) se dissolve. Assumindo um comportamento, que certamente é estratégico, tudo o que pode pôr em risco uma próxima contratação é, neste marco, deixado de lado. O rigor sociológico se apresenta como uma utopia, própria de ingênuos, que é preciso sacrificar em nome do realismo imposto pela sobrevivência no mercado de trabalho. Consequentemente, como afirma Braga, “é o mercado que nivela a profissão [de modo tal que] são os atributos valorizados pelo mercado – a resposta rápida, a informação sem pensamento, o foco no cliente – que ditam a configuração do setor” (Braga, 2009:165).

Frente às atividades não acadêmicas, a sociologia praticada nos espaços universitários aparece como uma atividade onde é possível aproveitar uma mais ampla autonomia diante de clientelas e públicos não especializados²⁰. Esta situação, com efeito, pode ser vinculada ao processo de consolidação do sistema científico que há vários anos foi constituindo, tanto no Brasil como na Argentina, uma rede institucional que premiou de maneira crescente aquelas iniciativas vinculadas à produção destinada aos próprios pares (a publicação de artigos, a participação em congressos, etc.) mais do que aquela voltada para “fora” (a divulgação, a transferência e os serviços técnicos, etc.) (Perlatto, 2010; Unzué, 2013). Isto fortaleceu os graus de autonomia, diante das clientelas não especializadas, mas ao mesmo tempo e de forma correlativa, implicou em um maior “ensimesmamento” dos sociólogos na esfera acadêmica. Nesta, foram submetidos de modo crescente a uma série de mecanismos de avaliação e julgamento, com padrões de produtividade cada vez mais exigentes²¹. Assim, se a especialização acadêmica ampliou as margens de autonomia frente ao “exterior”, condicionou “desde dentro” a sua atividade com ritmos e imperativos de produção que, mesmo sendo diferentes daqueles próprios de outras esferas, também tenderam a limitar os prazos das pesquisas e indagações.

Nesse quadro mais geral, não é incomum que para uma boa parte dos acadêmicos suas audiências ou públicos sejam compostos majoritariamente por seus estudantes e colegas. Se alguns vivem com desconforto esta situação e almejam a possibilidade de gerar vínculos com atores ou instituições situados fora da academia, outros assumem com naturalidade esse estado de coisas e se acomodam às exigências e demandas próprias do sistema acadêmico. Não faltam, neste contexto, aqueles que defendem a sociologia como uma empresa que não tem – nem deveria ter – outra finalidade que a busca do saber como um fim em si mesmo.

Criticando esse “isolamento” dos acadêmicos (ou “autopoiesis”, segundo a testemunha irônica de um dos representantes de um sindicato de sociólogos no Brasil), e como uma forma de hierarquizar suas próprias práticas, os sociólogos com trabalhos fora da acadêmica ressaltam frequentemente as relações de proximidade tecidas com os tomadores de decisão nas diversas esferas onde se inserem. Sua atividade, segundo eles reivindicam, não termina encerrada numa pura discussão entre colegas, “separada” ou “afastada” do conjunto da “sociedade” (Blois, 2013b; Braga, 2009).

Deste modo, esses sociólogos disputam o sentido ou o “para que” da disciplina. Se eles reconhecem que a demanda condiciona e pode ser perniciosa (como quando os ritmos vertiginosos do seu trabalho limitam a profundidade e o rigor da suas pesquisas), eles não deixam de lhe conceder um efeito benéfico: evitar a tendência que, para eles, leva a sociologia acadêmica ao “isolamento” e oferecer às suas atividades uma justificação ou relevância, visível nos usos que os clientes e audiências profanas fazem do seus serviços. Se não é possível reivindicar a autonomia, pois a consideram pouco factível nas suas atividades, os graduados inseridos em áreas não acadêmicas exaltam a ideia de intervenção social como um meio de valorizar seu trabalho (e questionar aquele dos seus pares acadêmicos). Nessas condições, dois ofícios claramente diferenciados tendem a se configurar: um ofício acadêmico mais autônomo, mas frequentemente “ensimesmado”, e um ofício “conectado” (com as necessidades de diversas instituições e atores sociais), mas com dificuldades para propiciar maiores graus de autonomia (Blois, 2013b; Miglievich, 1999).

AS DUAS “CULTURAS SOCIOLÓGICAS” E O PREDOMÍNIO DA SOCIOLOGIA CRÍTICA NO BRASIL E NA ARGENTINA

Segundo pudemos ver, as trajetórias históricas da sociologia no Brasil e na Argentina apresentam claras diferenças. Contudo, para além dessas diferenças, o processo de crescimento e diferenciação das práticas profissionais dos sociólogos nos últimos anos esteve caracterizado por fortes semelhanças. Como dar conta dessas convergências? Como explicar que mesmo no marco de processos de institucionalização tão diversos a análise das práticas profissionais dos sociólogos no Brasil e na Argentina revele tais afinidades? É possível encontrar algum denominador comum capaz de lançar luz sobre esta questão?

Em um livro lançado há algum tempo, François Dubet (2012) distingue duas formas básicas de conceber a utilidade ou papel social da sociologia: a sociologia como crítica e a sociologia como técnica²². Esta distinção evidentemente não é nova, sendo possível encontrá-la nas próprias origens da disciplina. Trata-se de uma tipologia ideal e, na prática, essas concepções podem solapar-se num mesmo indivíduo (um sociólogo particular pode lançar mão de diferentes concepções ao longo da sua trajetória ou, ainda, num mesmo momento, dependendo da atividade ou espaço em que se insere). De acordo com a nossa perspectiva, esta tipologia oferece algumas chaves interpretativas para explicar a proximidade encontrada entre o caso brasileiro e o argentino.

A sociologia como crítica, longe de se pensar como uma disciplina em

condições de reclamar uma determinada jurisdição sobre determinado problema particular, é assumida como um exercício intelectual com uma missão certamente ambiciosa: desnaturalizar o mundo social, quebrar as ideologias e denunciar as relações de poder (Dubet, 2012). A sociologia como técnica, por sua parte, busca incrementar o grau de racionalidade das instituições e sociedades a partir do assessoramento dos tomadores de decisão. Sua racionalidade, diferentemente da outra concepção, é antes de tudo uma racionalidade instrumental, que se limita à consideração dos melhores meios para atingir os fins estabelecidos por outros. Segundo o clássico modelo oferecido por Max Weber, esta concepção procura conferir “clareza” aos atores para torná-los conscientes dos obstáculos e entraves que debilitam ou condicionam suas capacidades de ação (Dubet, 2012).

Como era de se esperar, ambas as concepções apresentam uma posição divergente na hora de pensar o trabalho dos sociólogos e as suas possibilidades de se profissionalizar. Para a concepção técnica, o desenvolvimento do sociólogo como um profissional que oferece seus serviços a uma variada clientela aparece como uma possibilidade desejável para a melhoria da sociedade, que ganharia em racionalidade (os indivíduos e grupos teriam uma melhor orientação na hora de fazer as suas escolhas). A própria disciplina também seria beneficiada pela profissionalização, pois se nutriria com a experiência ampliada dos seus praticantes nas diversas esferas sociais em que participassem, indo para além do restrito mundo acadêmico. Para a concepção crítica, em contraste, trabalhar para um cliente ou empregado pode implicar na transformação do sociólogo em um “engenheiro social” ou “tecnocrata” a serviço dos poderosos e da manutenção da ordem social. Isso porque aqueles que podem demandar ou empregar sociólogos são, segundo essa visão, os grupos sociais com recursos, precisamente aqueles que não têm interesse em questionar a ordem social vigente. Ou seja, enquanto no primeiro caso a sociologia se assume como uma profissão “como qualquer outra”, no outro se recusa a ideia mesma de profissão. A sociologia, segundo o olhar crítico, pode ser no máximo uma profissão acadêmica (já que é somente na universidade que é possível encontrar os graus de autonomia que uma disciplina como a sociologia necessita).

Se na hora de pensar e projetar a inserção do sociólogo no mercado de trabalho é possível reconhecer na trajetória da disciplina no Brasil e na Argentina a presença de posições que se aproximam de uma e outra concepção, também é verdade que em ambos os casos tendeu a predominar uma visão de sociologia mais vinculada à crítica (Rubinich e Langieri, 2007; Ortiz, 1990; Vianna, 2004). Mesmo quando não faltaram destacados defensores da sociologia como uma “profissão” capaz de transcender os muros universitários e oferecer seus serviços a uma variada clientela, essa iniciativa encontrou, em geral, fortes dificuldades e resistências²³.

Caberia pensar que a tarefa não era nada simples, na medida em que tanto no Brasil como na Argentina, para além das diferenças que caracterizaram cada processo de institucionalização, a sociologia se desenvolveu e se assentou primeiramente no seio de instituições acadêmicas (universidades e centros de pesquisa). Isso favoreceu a sua expansão, ao menos inicialmente, como uma disciplina “científica”, preocupada em legitimar seu lugar no conjunto das disciplinas universitárias já reconhecidas, e em fundamentar seus

direitos à “pesquisa básica”. Se a vocação de promover os usos sociais da sociologia não estava ausente, os primeiros esforços estiveram orientados a gerar as estruturas que facilitaram a consolidação da sociologia como uma disciplina acadêmica (criação de grupos de pesquisa, formação de quadros acadêmicos, edição de revistas especializadas, etc.). Nessas condições, a conquista de públicos ou clientela mais extensos para a nova “profissão” só poderia se produzir numa segunda fase. Isso difere, pois, de outras profissões que já inicialmente se configuram como ofícios dedicados à satisfação de diversas necessidades sociais, para então, no marco de um processo mais ou menos longo, “normalizarem” seus saberes e procedimentos, fundando escolas ou cursos de ensino superior e abrindo, assim, um lugar como disciplinas acadêmicas reconhecidas (Dubar e Tripier, 1999)²⁴. Enquanto nestes casos é possível afirmar que a “aplicação” foi anterior à formação formal, no caso da sociologia brasileira e argentina se deu um processo inverso: cabia aos egressos mostrar a utilidade de seus saberes aos públicos ou instituições que desconheciam aquilo que a sociologia poderia fazer por eles. Se esta empresa não era em si mesma simples, na medida em que diferentemente do que ocorre com outras profissões, os resultados próprios da intervenção dos sociólogos não são sempre claramente identificáveis ou visíveis (Legrand e Vrancken, 2004)²⁵, os impasses políticos vividos em ambos os países dificultaram ainda mais o desenvolvimento da sociologia como profissão. Com efeito, a radicalização política que sacudiu ambos cenários intelectuais favoreceu uma concepção que fazia da sociologia uma prática crítica, preocupada por questionar a dominação, mais do que um saber especializado a ser oferecido no mercado das profissões. Se a figura do intelectual público ou aquela do sociólogo como militante político entraram posteriormente em crise, mantiveram uma persistente vigência a crítica à sociologia como técnica e os preconceitos contra o trabalho para um cliente ou empregador.

Tudo aquilo, obviamente, não se deu sem consequências. Na medida em que tais concepções (a sociologia como crítica ou a sociologia como técnica) encarnam em tradições, instituições e espaços de socialização, essas formas de pensar a sociologia podem se constituir em verdadeiras “culturas disciplinares”, com efeitos decisivos na forma em que os sociólogos entendem seu ofício e, conseqüentemente, atuam profissionalmente (Blois, 2012). Consideremos, à luz da distinção entre uma cultura crítica e uma cultura profissionalista, os três eixos analisados na seção anterior.

O predomínio da concepção ou cultura crítica explica, em boa medida, a relação conflituosa que os espaços de formação e os cursos universitários mantêm com o mundo do trabalho (e as mudanças que nesse mundo foram se dando nos últimos anos). Se a cultura “profissionalista” auspicia uma maior conexão dos cursos com o mercado de trabalho – pensando que essa conexão além de facilitar a inserção dos graduados, propicia a esses cursos uma maior familiaridade e vinculação com os problemas e dilemas que os diferentes grupos e instituições sociais devem enfrentar (Costa, 1988) –, a cultura crítica, quando domina sem contrapesos, censura sem consideração alguma a “sociologia aplicada”. Segundo esta última, uma aproximação ou abertura àquilo que ocorre fora dos muros universitários são perigosas, pois podem implicar em uma indesejável “instrumentalização” da formação dos futuros sociólogos a favor dos interesses do mercado ou do Estado.

Nessas condições, diferentemente do que acontece com outras disciplinas ou cursos, nas aulas ou programas de sociologia não se estabelecem muitas conexões entre a graduação e os rumos que se seguem à conclusão dos estudos – salvo as referências ao mundo acadêmico como destino profissional. Isto gera uma duradoura angústia entre os estudantes próximos a se graduar, postos diante de um futuro um tanto incerto. E também contribui para ocultar, no interior dos cursos universitários, as atividades que boa parte dos graduados realiza cotidianamente como sociólogos nesse mercado de trabalho mais amplo e diferenciado, invisibilizando um leque de campos de atuação profissional mais diversos do que o que acaba por ser estabelecido como o padrão.

O predomínio da cultura crítica da conta também da fraqueza que, tanto no Brasil como na Argentina, apresentam as associações profissionais. Se a sociologia não é – nem pode ser – uma profissão de consulta, pouco sentido há em procurar fortalecer suas instituições segundo o modelo das profissões clássicas. De acordo com esta perspectiva, essa preocupação não seria mais do que um mal confessado “corporativismo”, sem outra finalidade senão assegurar certas posições de privilégio a um conjunto de sociólogos interessados em conseguir um bom emprego. Para a cultura profissionalista, em contraste, a organização profissional é fundamental na medida em que são necessárias certas condições quando se fornece respostas aos pedidos ou demandas dos clientes ou empregadores. Neste caso, a sociologia não seria diferente de outras profissões. Aqui e ali, a possibilidade de impor um olhar disciplinar na hora de oferecer um serviço profissional qualquer (o alívio de uma dor, no caso de um médico, a aplicação da lei, no caso dos advogados, ou a construção de uma ponte, se tratando de engenheiros) depende da organização e mobilização coletiva de um conjunto de indivíduos que compartilham uma mesma formação (Freidson, 2009). No entanto, se a definição de uma jurisdição ou âmbito próprio em concorrência com outras disciplinas sociais já é uma iniciativa difícil e desafiadora (pela sobreposição de possíveis “incumbências”²⁶), o principal escolho daqueles que no Brasil e na Argentina defenderam o reconhecimento da sociologia como uma “profissão” foi lidar com aquela “cultura crítica” que recusa a ideia da sociologia como uma profissão “como qualquer outra”.

A força da “cultura crítica” também lança luz sobre a forma em que os sociólogos, tanto no Brasil como na Argentina, desenvolvem suas atividades quando se inserem em uma esfera ou instituição não acadêmica. Essa forma, segundo vimos, está caracterizada por uma profunda fraqueza. Para a cultura profissionalista, voltar a atividade sociológica para a consultoria de atores ou instituições de diversos tipos não faz do sociólogo um indivíduo sem margem de manobra, que deve assumir a realização de suas tarefas nas condições e ritmos estabelecidos pelas clientelas. Em contraste, para a concepção crítica, ao menos em sua versão mais extrema, o sociólogo se transforma em um “mercenário” quando trabalha para um cliente ou empregador, pois é obrigado a fazer aquilo que lhe é pedido nas condições em que lhe é pedido. Trabalhar para alguém é, de modo imediato, assumir uma posição “servil”.

Neste caso, aquilo que a sociologia das profissões em suas múltiplas variantes (Dubar e Tripier, 1999) concedeu às diversas profissões – isto é, a possibilidade de manter frente às demandas de suas clientelas certa indepen-

dência de critério para definir a forma em que as demandas são satisfeitas – é negado como possibilidade para os próprios sociólogos. A posição de um médico ou a de um engenheiro, que relativizam as opiniões de seu paciente ou cliente na hora de determinar seus diagnósticos ou estratégias, não é pensável para o caso dos sociólogos. Pelo contrário, segundo a visão crítica, esses sociólogos ficam presos da lógica do mercado ou da organização burocrática onde aquele que paga pelos serviços impõe, de maneira direta e imediata, os critérios que organizam o trabalho (Freidson, 2009).

São compreensíveis, então, as tensões e o mal-estar dos sociólogos e cientistas sociais brasileiros e argentinos que, socializados na cultura crítica, precisam desenvolver as suas atividades fora da academia. É compreensível também a adaptação pragmática às necessidades das distintas esferas onde se incorporam – adaptação que como vimos acima, “incomoda”, mas também “libera”. Qual é o sentido de se preocupar com o resguardo de certas condições de trabalho junto aos clientes ou empregadores (como o reconhecimento de tempos ou prazos mínimos, que garantam a qualidade do serviço, a realização de indagações de maior alcance, capazes de lançar mão de ideias teóricas mais complexas, etc.) se, no final das contas, aquilo que se produz não é considerado “realmente” como parte da sociologia? Segundo Heilbron, a autoridade que as profissões atingem na sociedade tem suporte, em boa medida, na crença dos seus membros em sua condição de agentes portadores de um saber particular. É com base nessa crença que se legitima a reivindicação de uma incumbência própria e de um status privilegiado frente ao público leigo e às outras ocupações (Heilbron, 1986). Sem essa convicção a adaptação sem fortes resistências aos pedidos do cliente ou empregador (e a conseguinte diluição da “profissão” como tal) é mais provável. O status “incertamente sociológico” das atividades de boa parte dos sociólogos brasileiros e argentinos, alentado pela cultura crítica, não debilita a capacidade de impor um olhar disciplinar mais forte e decidido nos seus espaços de intervenção?

REFLEXÕES FINAIS

As trajetórias da sociologia no Brasil e na Argentina apresentam fortes diferenças. No primeiro caso, como vimos na primeira seção deste trabalho, o processo de institucionalização esteve caracterizado por uma relativa estabilidade e um desenvolvimento com importantes continuidades. Em contraste, na Argentina esse processo foi muito mais acidentado, submetido a reiteradas rupturas e reorientações. Isso, tal como indicamos, esteve condicionado pelo tipo de vinculação com o Estado (e as elites que o controlaram em diferentes momentos) que a disciplina pode construir ao longo do tempo em cada país. Enquanto no Brasil a tendência foi o predomínio de uma relação de apoio que facilitou a criação, consolidação e expansão das instituições de docência e pesquisa, na Argentina afirmou-se uma relação mais conflituosa com momentos de marcado distanciamento e conjunturas fortemente “desinstitucionalizadoras”.

Mesmo com essas diferenças, e como vimos na segunda parte deste texto, nos últimos anos o processo de crescimento e diferenciação das práticas profissionais dos sociólogos apresentou importantes (e chamativas) simi-

litudes. As convergências entre Brasil e Argentina podem ser vistas nas três dimensões analisadas: na vinculação que os cursos de graduação e os espaços de formação mantêm com as práticas profissionais dos seus graduados; no papel e o impacto das instituições que buscam defender e representar a sociologia como uma “profissão”; na relação dos sociólogos com seus diversos clientes, empregadores e esferas de ação.

Como vimos na terceira parte do texto, essas convergências não podem ser dissociadas da particular força que a concepção da sociologia como crítica – em particular a sua rejeição ao exercício da disciplina como uma profissão de consulta – teve em ambos os cenários intelectuais (em detrimento da concepção de sociologia como uma técnica). Em uma situação caracterizada pelo desenvolvimento e diferenciação das práticas profissionais, o predomínio dessa ideia não ocorre sem consequências. Ao mesmo tempo em que é capaz de induzir uma significativa dose de mal-estar em boa parte dos graduados, que precisam se relacionar com trabalhos não condizentes com o perfil de sociólogo no qual foram formados, o predomínio da perspectiva crítica limita também a capacidade dos profissionais reivindicarem para si um olhar disciplinar mais determinado e confiante, diante das clientelas ou públicos que contratam seus serviços.

Sem dúvidas, a pergunta pelas práticas profissionais dos sociólogos levanta uma problemática polêmica. Isso porque, queira-se ou não, ela coloca em questão a própria definição da disciplina e os limites que a definem, assim como o seu papel ou lugar na sociedade. Trata-se, é claro, de questões sempre sujeitas ao debate e discussões mais ou menos calorosas, que acompanharam a sociologia desde as suas próprias origens. Para que serve a sociologia? Qual é (ou deveria) ser a sua função na sociedade? Quais são, nos termos de Norbert Elias, os graus de compromisso ou distanciamento desejáveis?

Evidentemente as posições ou respostas possíveis foram e são variadas, dependentes dos contextos, países e correntes intelectuais²⁷. Aqui tratando do processo de diferenciação profissional no Brasil e na Argentina, pareceu-nos relevante mobilizar a tipologia proposta por Dubet (2006). Essa tipologia, como indicado, distingue dois tipos de concepção sobre a disciplina. A sociologia como crítica, que procura se configurar como uma disciplina distante e preservada das expectativas e demandas daqueles que buscam contratar seus serviços; e a sociologia como técnica, segundo a qual os sociólogos devem se engajar de modo direto com as potenciais clientelas ou públicos demandantes dos seus trabalhos. Segunda esta visão, são as necessidades desses grupos (e as respectivas respostas que os sociólogos possam dar) que podem justificar e dar razão de ser a uma disciplina que nasceu preocupada em conceber respostas às crises e problemáticas do seu tempo.

Para concluir, cabe perguntar que se ganha e que se perde quando essas duas concepções se colocam como alternativa. A primeira postura, com sua reivindicação de uma forte autonomia, é verdade, parece assegurar para si as condições necessárias à elaboração de um conhecimento crítico e questionador das relações sociais, algo imprescindível na produção de “uma ciência que perturba” segundo a célebre fórmula de Bourdieu. Contudo, essa mesma autonomia não pode, superado certo ponto, acarretar como correlato indesejado um excessivo “ensimesmamento” ou “autorreferência” da

sociologia? Não pode ao mesmo tempo justificar um exercício puramente acadêmico que, como criticam alguns egressos inseridos fora da universidade, acabe alentando uma atividade muito “desconectada” das preocupações mais gerais da sociedade? Por outra parte, o engajamento com as clientelas ou públicos mais amplos, defendido pela outra concepção, enquanto vincula a disciplina com os problemas e inquietudes de diversos grupos e instituições sociais, não pode acarretar, por sua vez, a perda do distanciamento mínimo que todo processo de produção de conhecimento sistemático exige? Semelhante engajamento não pode derivar, como alerta a postura crítica, em uma atividade “pouco sociológica” sem outra finalidade que a legitimação das decisões previamente tomadas por aqueles que a contratam? Estas questões, é claro, não admitem respostas definitivas ou simples. Na medida em que, como indicamos, não podem ser pensadas por fora das disputas pela definição da própria disciplina (que ocorrem em todo campo sociológico), elas são sempre motivo de conflitos. Nessas disputas, seja de modo mais explícito, seja de modo mais tácito, aquilo que está em jogo são os sentidos de ser sociólogo, algo inseparável das hierarquias que estruturam a comunidade profissional, e dos saberes, credenciais e capitais que são valorados e reconhecidos.

NOTAS

- 1 Este texto apresenta parte dos achados de uma pesquisa de pós-doutorado apoiada pelo CNPq e desenvolvida junto ao Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL) do IESP-UERJ. Agradeço os comentários e sugestões que, em distintos momentos, recebi dos integrantes deste núcleo, em particular dos seus coordenadores José Maurício Domingues e Breno Bringel. Agradeço também a Alexander Englander pela revisão do português.
- 2 No caso do Brasil se considera como “sociólogo” o indivíduo que possui diploma universitário em “Ciências Sociais”. Diferentemente do que ocorre na Argentina, onde o curso de graduação é em “sociologia”, no Brasil a diferenciação dessa disciplina das outras ciências sociais (antropologia e ciência política) começa na pós-graduação (embora mais recentemente estejam aparecendo cursos em sociologia). Neste estudo, seguindo aquilo que foi feito pelos pesquisadores brasileiros que têm analisado o desenvolvimento das práticas profissionais da sociologia, serão compreendidos como sociólogos os graduados em “Ciências Sociais”. Para uma reflexão sobre a relação da sociologia – em sua fase inicial – com as outras ciências sociais, no Brasil e na Argentina, ver Jackson e Blanco (2014).
- 3 Tanto no Brasil como na Argentina, os estudos quantitativos sobre as práticas profissionais dos sociólogos e seus diversos cenários de intervenção não são muito numerosos. No primeiro caso contamos com os dados oferecidos por diversas pesquisas que, porém, estiveram limitadas à indagação de certas populações (como os graduados de alguma instituição ou estado em particular) sem pretensões de elaborar um estudo representativo da realidade nacional (entre outros: Braga, 2011; Bonelli, 1993; Schwartzman, 1995; Steren dos Santos e Barreto, 2010). Na Argentina, o panorama é mais incipiente, pois só contamos com os estudos realizados pelo Laboratorio de Análisis Ocupacional da Facultad de Ciencias Sociales da UBA (1991 e 2001) e um survey realizado no final dos anos noventa (Rubinich e Beltrán, 2010). Contudo, para além dessas limitações e para além também das diferenças entre a forma de construir a informação empírica dessas pesquisas (algo que as torna incomparáveis), todas apontam para um sentido comum: embora a prática acadêmica persista como um núcleo relevante, e aquele que é mais visível, as outras práticas, certamente mais diversas e menos conhecidas, são maioria.
- 4 Obviamente, a diferenciação do mercado de trabalho dos sociólogos não é uma particularidade do caso brasileiro ou argentino, sendo uma tendência mais geral. Para França, ver: Dubar (2006) e sobre tudo Piriou (2006); para o México, Machuca, (2008) e Reynaga Obregón (1998); para Chile, Gómez e Sandoval (2004); para Uruguay, Hein (2004).
- 5 Para o caso argentino, a análise está baseada no trabalho desenvolvido em minha pesquisa de doutorado (Blois, 2012). Essa pesquisa esteve sustentada em um amplo corpus empírico: documentos e memórias institucionais, estatísticas, publicações de estudantes e sociólogos, entrevistas com graduados inseridos em diversas esferas, além de informações agregadas sobre os espaços de formação e as possibilidades profissionais. Para o caso brasileiro a análise se sustenta nas pesquisas disponíveis sobre a sociologia nesse país e em diversas fontes empíricas: entrevistas com sociólogos trabalhando em diversas esferas, entrevistas com informantes chave e pesquisadores especializados, e também em fontes secundárias e documentais. É necessário destacar que as pesquisas realizadas no

Brasil tratam em geral de instituições sediadas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

- 6 Para uma análise comparada das trajetórias históricas da sociologia no Brasil e na Argentina, que aqui só podemos referir brevemente, podem-se consultar Blois (2015), Jackson e Blanco (2014) e Liedke Filho (1990).
- 7 Às diferenças entre São Paulo e Rio, muitas vezes assumidas como unidades ou polos homogêneos, é preciso somar as diferenças – e disputas – que dentro desses universos existiam entre, por exemplo, os perfis da Cadeira de Sociologia I e II na USP (Jackson e Blanco, 2014; Pulici, 2008), ou as diferenças entre o estilo mais politizado e “nacionalista” do ISEB e o perfil mais acadêmico e regional de instituições como o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS) e o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) (Almeida, 1989; Oliveira, 2005).
- 8 Cabe lembrar aqui que embora figuras destacadas como, por exemplo, Alberto Guerreiro Ramos, Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes ou Luís Costa Pinto, tenham mostrado importantes diferenças quanto aos papéis da sociologia e dos sociólogos na sociedade, essas diferenças não os impediram de participar de pesquisas conjuntas e de conviverem em uma mesma associação profissional, como a Sociedade Brasileira de Sociologia. Nada disso ocorria na Argentina, onde os distintos grupos criaram diferentes associações profissionais (Blanco, 2006).
- 9 Sobre o papel dos intelectuais na construção das identidades sociais e nacionais em uma perspectiva mais geral e teórica, ver Domingues (2003).
- 10 Como o Colegio Libre de Estudios Superiores (CLES) durante o primeiro peronismo (Fiorucci, 2011) ou os centros privados de pesquisa nos anos sessenta e setenta (Brunner e Barros, 1987; Sábato, 1996).
- 11 Em São Paulo, as instituições pioneiras foram a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) e o curso criado na Universidade de São Paulo (USP) em 1933 e 1934, respectivamente. No Rio de Janeiro, o primeiro curso foi fundado na Universidade do Distrito Federal (UDF), logo depois substituída pela Faculdade Nacional de Filosofia. Como mostra das expectativas que a nova disciplina gerava, cabe lembrar a conhecida (e um tanto sarcástica) afirmação que fazia Mario de Andrade ao final dos anos trinta: “a sociologia é a arte de salvar rapidamente o Brasil” (apud Pécaut, 1990:85).
- 12 Houve cursos, como aqueles da USP e da Faculdade Nacional de Filosofia, cujos professores mais reconhecidos foram aposentados, enquanto os estudantes, de forte atividade política, sofriam uma forte perseguição.
- 13 Cabe lembrar aqui as relações que o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) manteve com importantes setores da Igreja Católica, instituição de forte gravitação na oposição e no questionamento ao regime militar, assim como os vínculos que algumas de suas figuras estabeleceram com o nascente Movimento Democrático Brasileiro. Também podem ser mencionadas as relações do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) com as organizações operárias e a participação de alguns dos seus intelectuais na própria organização do Partido dos Trabalhadores (PT) (Perlatto, 2013).

- 14 É interessante destacar que no Brasil recentemente o ensino da sociologia tem sido reimplementado no ensino médio como disciplina obrigatória. Essa iniciativa, que retoma uma tradição de longa data nesse país, gerou uma expansão das licenciaturas em ciências sociais para formar aos novos professores. Isto, além de ampliar o mercado de trabalho dos sociólogos, também confere maior legitimidade à disciplina. Nesse sentido, e para além das controvérsias sobre a incorporação da sociologia no ensino médio entre os próprios sociólogos, é claro que tal incorporação lhes dá uma maior visibilidade e uma audiência ou público certamente mais amplos.

- 15 É preciso ter em mente que esta indiferença dos espaços de formação sobre o futuro profissional coincide em boa medida com as expectativas dos alunos, mais preocupados, ao menos inicialmente, por desenvolver uma vocação intelectual ou política antes do que por projetar uma carreira no mercado de trabalho (Alves, 2007, Bonaldi, 2009).

- 16 Essa instituição não tem equivalente na Argentina. Embora tenham existido algumas tentativas, como a Sociedad Argentina de Sociología (SAS) ou a Asociación Argentina de Sociología (AAS), essas iniciativas não se mantiveram ao longo do tempo.

- 17 Essa grade curricular tinha uma particularidade em relação às anteriores: estabelecia como requisito para a obtenção do diploma a realização de um estágio fora do âmbito acadêmico. A grade enfrentou a resistência dos estudantes e foi substituído em 1988 por outra, na qual o estágio tinha sido eliminado (Blois, 2012).

- 18 Existem outras associações de profissionais criadas nos anos oitenta (na província de Buenos Aires, San Juan e Santiago del Estero). Sua sorte, no entanto, não tem sido muito diferente daquela de seu par portenho.

- 19 Para uma análise mais ampla e detalhada, que inclui as práticas nas outras esferas, ver Blois (2013a).

- 20 Evidentemente a noção de “autonomia” pode ter distintos sentidos dependendo do contexto de análise: desde a autonomia das instituições universitárias em relação ao Estado, na tradição reformista argentina, até a autonomia das ideias produzidas no “sul” diante daquelas produzidas no “norte”, passando pela ideia de autonomia vinculada à obra de Pierre Bourdieu e seu conceito de campo como esfera social relativamente independente do espaço social mais geral. Neste caso, quando falamos de autonomia, estamos nos referindo à autonomia dos sociólogos em relação à influência de audiências, públicos ou clientelas que demandam seus serviços profissionais (uma “autonomia” tradicionalmente abordada na sociologia das profissões e das disciplinas). Sobre os diversos sentidos da noção de autonomia, Cf. Beigel (2010); para uma reflexão recente sobre as relações entre centro e periferia na produção de teoria nas ciências sociais, ver Bringel e Domingues (2015). Ver também o Dossiê Temático NETSAL “Sociologia latino-americana: originalidade e difusão”, no. 4, dezembro de 2014. Disponível em: http://netsal.iesp.uerj.br/images/dossie/Dossie-Netsal_04.pdf

- 21 É preciso destacar, não obstante, que há casos em que os acadêmicos são contratados para a realização de trabalhos de consultoria (seja no Estado, nas empresas ou nas ONGs). Às vezes, os temas resultam mais próximos a sua agenda de pesquisa e em outras, mais distantes. Seja como for, esses serviços são oportunidades em que os acadêmicos se relacionam com audiências ou públicos

mais amplos e com lógicas de trabalho diferentes. Esse tipo de intercâmbio é muitas vezes estimulado por iniciativas estatais que procuram abrir pontes entre a academia e outras organizações, grupos ou movimentos sociais, ao redor da análise e da intervenção sobre distintas questões e problemas sociais (segurança e violência, cidade e moradia, sistema judiciário e justiça, entre outros). Nesses casos, procura-se evitar que a institucionalização e a especialização da sociologia acadêmica leve a uma excessiva “autorreferencia” ou “ensimesmamento” (Perlatto, 2013).

- 22 Em rigor, o autor menciona três concepções, sendo a terceira a sociologia como intervenção. Identificada com a obra de Touraine (e do próprio Dubet), essa sociologia se propõe a suscitar a aparição de movimentos sociais.
- 23 Entre eles, no caso brasileiro, cabe lembrar os esforços de Evaristo Moraes Filho (1966) para promover a lei que reconhecia a profissão de sociólogo, e no caso argentino, cabe destacar os casos de Torcuato Di Tella (1980), Mora y Araujo (1971), este se tornaria um reconhecido pesquisador e consultor político, e o próprio Germani (1962). Segundo este último, o processo de crescimento da sociologia tinha já produzido em meados do século passado (e produziria no futuro próximo) um processo de especialização e diferenciação das funções no interior da comunidade sociológica. Em um lado estava a “sociologia teórica”, que estudava os fatos sociais para formular proposições de validade geral. Em outro, se situava a sociologia “descritiva”, que tinha por objeto conhecer uma sociedade particular. Finalmente, ainda existia a “sociologia aplicada”, cujo propósito principal era preparar as “soluções imediatas” para os “problemas sociais” (Germani, 1962:65). Essa “divisão do trabalho”, segundo Germani, não afetava (nem deveria afetar) a “unidade da sociologia”. Para além das suas distintas orientações e espaços de inserção, as diferentes subdivisões compartilhavam, e deveriam compartilhar, os mesmos fundamentos epistemológicos e metodológicos – aqueles próprios da ciência. Dar soluções a um cliente ou empregador não constituía, nesta visão, um desvio ou obstáculo para o exercício da disciplina. Enquanto os sociólogos orientaram suas ações segundo os princípios de seu grupo de pertencimento, impondo certa independência de critério diante dos seus encargos, seu trabalho, insistia Germani, poderia constituir um valioso insumo para a disciplina em seu conjunto. A sociologia aplicada “não se achava em contraste com a possibilidade de aproveitar seus resultados ou sua metodologia, desde o ponto de vista teórico. Pelo contrário, este tipo de pesquisa pode oferecer oportunidades para realizar observações e inclusive experimentações em condições particularmente favoráveis” (Germani, 1956: 65). Por isto, antes do que a indiferença ou o conflito, entre as distintas “sociologias” deveriam existir relações de mútua colaboração e intercâmbio, no marco da mais “estreita conexão possível”. Cabe destacar que tal cooperação ou “sinergia” entre a sociologia mais acadêmica e a sociologia mais aplicada tem sido promovida nos últimos anos por Michael Burawoy (2005), no marco do debate suscitado ao redor da sociologia pública. Segundo o sociólogo norte-americano, uma maior comunicação entre os quatro tipos de sociologias que ele distingue (“sociologia profissional”, “sociologia política”, “sociologia crítica” e “sociologia pública”) pode fortalecer ao conjunto da disciplina, evitando as tendências aos desvios e “patologias” que cada uma delas tem quando cultivada de modo unilateral.
- 24 Isto foi diferente também do ocorrido com a própria sociologia em outros casos nacionais. Nos Estados Unidos, por exemplo, o nascimento da disciplina esteve fortemente associado às demandas de diversos grupos, de inspiração religiosa, preocupados com as transformações aceleradas pelas quais atravessavam as suas comunidades. Foram esses públicos, ilustrados e reformistas, quem fi-

nanciaram com recursos e tempo as primeiras pesquisas mais sistemáticas (com suas doações, como leitores interessados nas publicações dos sociólogos, participando nas próprias pesquisas como entrevistadores, etc.). Nesse contexto, não é estranho que para as primeiras gerações de sociólogos a sociologia tivesse uma função eminentemente moral e educadora (edifying), tendente a promover a conscientização da população sobre os “problemas sociais” do momento e as reformas necessárias. Como destacam dois observadores: “A relação entre a sociologia e seu público [nessa fase inicial] estava definida em primeiro lugar pelas ações e necessidades intelectuais deste público. [Neste sentido] a sociologia necessitava manter o interesse deste público falando sua língua, dando respostas a problemas previamente articulados por esse mesmo público”, etc. (Buxton e Turner, 1992:376). É só a partir dos anos vinte que vai surgir entre os sociólogos a idéia de uma “ciência pura”, que devia se liberar das demandas das audiências profanas. Nesse movimento foi certamente importante a obra de Talcott Parsons, para quem os campos científicos não se institucionalizam até consolidar seus objetos de investigação tomando distancia dos “problemas sociais” e mantendo, tal como tinha feito Weber, uma clara distinção entre os problemas científicos e os assuntos práticos. Segundo Parsons, a sociologia, diferentemente da medicina e outras profissões práticas, devia ser uma disciplina “pura” e “independente”, com uma “tradição teórica e de pesquisa próprias” (Parsons, 1959). Sem dúvidas, o vocabulário abstrato e fechado que caracterizou sua obra é inseparável desta visão. Para uma reconstrução da perspectiva de Parsons sobre a sociologia como disciplina científica e profissão, Cf. Blois (2014).

- 25 Pense-se, por exemplo, na conexão mais direta que se pode fazer entre a intervenção e os resultados no caso de um médico que cura uma doença ou de um engenheiro que projeta uma ponte.
- 26 Cabe lembrar que a primeira lei que regulamentava o exercício profissional do sociólogo no Brasil foi vetada, porque ela não estabelecia de maneira clara os limites e incumbências do sociólogo em relação com outras profissões vizinhas (Moraes Filho, 1966).
- 27 Para uma reconstrução desta temática em alguns textos canônicos da discipli-

na, pode se consultar Blois (2014).

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Maria (1989): "Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro" em Miceli, Sérgio (org.) *História das ciências sociais no Brasil, Vol. 1*, São Paulo, IDESP.
- Alves, Ana (2007), *Objetivação participante – Um estudo sobre a identidade profissional dos sociólogos da cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, UFRJ, dissertação de mestrado.
- Andrade, Maria (2002), *A inserção dos cientistas sociais no mercado do trabalho na Bahia*, Salvador, UFBA, dissertação de mestrado.
- Barreira, Carlos (2003), *A sociologia no tempo: memória, imaginação e utopia*, São Pablo, Cortez.
- Beigel, Fernanda (2010), *Autonomía y dependencia académica. Universidad e investigación científica en un circuito periférico: Chile y Argentina*, Buenos Aires, Biblos.
- Bekerman, Fernanda (2009), "El campo científico argentino en los años de plomo: desplazamientos y reorientación de los recursos", *Sociohistórica*, núm. 26.
- Blanco, Alejandro (2006), *Razón y modernidad. Gino Germani y la sociología en Argentina*, Buenos Aires, SigloXXI.
- Blois, Juan (2008), "Interpretaciones enfrentadas de la historia de la sociología en Argentina. Las lecturas del pasado como disputas del presente", *Argumentos*, núm. 10.
- (2009) "Sociología y democracia. La reorganización de la carrera de sociología en la Universidad de Buenos Aires", *Sociohistórica*, núm. 26.
- (2012), *Obligados a elegir "entre el sacerdocio y la prostitución". Socialización universitaria y prácticas profesionales de los sociólogos de la UBA*, Buenos Aires, UBA, tesis de doctorado.
- (2013a) "Las trayectorias de la sociología en Brasil y Argentina y las prácticas profesionales de los sociólogos", Informe CLACSO, 2013.
- (2013b), "Entre la autonomía y la heteronomía. Socialización universitaria y prácticas profesionales de los sociólogos en la Argentina", *Revista de Ciencias Políticas y Sociales*, año LVIII, núm. 218.
- (2014), "¿Para qué sirven los sociólogos? La definición de la sociología legítima en textos canónicos de la disciplina y la expansión de las inserciones laborales de los sociólogos?", *Espacio Abierto*, vol.23, nº1.
- (2015), "La sociología en Brasil y Argentina en perspectiva comparada", *Revista Latinoamericana de Investigación Crítica*, nº2.

- Blundi, Maria (1997), O financiamento das Ciências Sociais no Rio de Janeiro: O caso da FINEP, Rio de Janeiro, UFRJ, dissertação de mestrado.
- Bonaldi, Pablo (2009) *Aprendiendo sociología*, Buenos Aires, La gomera.
- Bonelli, Maria (1993), *Identidade Profissional e Mercado de Trabalho dos Cientistas Sociais*, Campinas, UNICAMP, tese de doutorado.
- Braga, Eugenio (2009), "Cientistas sociais extra-universitários: identidade profissional no mercado da pesquisa", *Estudos de Sociologia*, vol. 14, núm. 26.
- Braga, Eugenio (2011), "Novos elementos para uma sociologia dos cientistas sociais. A situação ocupacional dos egressos", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 26, núm. 76.
- Braga, Gabrielle (mimeo), *Formação em Ciências Sociais: De Estudantes a Profissionais*, Rio de Janeiro, IUPERJ.
- Bringel, Breno e Domingues, José Maurício (2015), "Teoria social, extroversão e autonomia: impasses e horizontes da sociologia (semi) periférica contemporânea", *Caderno CRH*, v.28, nº73.
- Brunner, José e Barrios, Alicia (1987), *Inquisición, mercado y filantropía*, Santiago, FLACSO.
- Burawoy, Michael (2005), "For Public Sociology", *American Sociological Review*, vol. 70.
- Buxton, William e Turner, Stephen (1992), "From Education to Expertise: Sociology as a 'Profession'", In: Halliday, T. y Janowitz, M.: *Sociology and its Publics*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Carvalho, Lejeune e Mattos, Sérgio (2005), *Sociólogos & sociologia. Historia das suas entidades no Brasil e no mundo*, São Paulo, Garibaldi.
- Carvalho, Maria (2007), "Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil", *RBCS*, vol. 22, num. 65.
- Costa, Fernando (1988), "Cultura profissional dos sociólogos", *Sociologia, problemas e prácticas*, núm. 5.
- Delich, Francisco (1977), *Crítica y autocrítica de la razón extraviada*, Buenos Aires, El Cid Editor.
- Di Tella, Torcuato (1980): "La sociología argentina en una perspectiva de veinte años", *Desarrollo Económico*, Vol.29, nº79, Buenos Aires.
- Domingues, José Maurício (2003), *Do Ocidente à modernidade. Intelectuais e mudança social*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Dubar, Claude (2006): «Préface», In: Piriou, Odile: *La face cachée de la sociologie*, Paris, Belin.
- Dubar, Claude e Tripier, Pierre (1999), *Sociologie des professions*, Paris, Armand Colin.

- Dubet, François (2012), *¿Para qué sirve realmente un sociólogo?*, Buenos Aires, SigloXXI.
- Durand, José (1984), "A Mal-Assumida Profissão de Sociólogo", *Revista de Administração de Empresas*, vol. 24, núm. 3.
- Dwyer, Tom, Barbosa, Maria Ligia e Braga, Eugenio (2013), "Esboço de uma morfologia da sociologia brasileira: perfil, recrutamento, produção e ideologia", *Revista Brasileira de Sociologia*, Vol.1, nº2.
- Fiorucci, Flavia (2011), *Intelectuales y peronismo*, Buenos Aires, Biblos.
- Freidson, Eliot (2009), *Profissão médica*, São Paulo, UNESP.
- García Bouza, Jorge e Verón, Eliseo (1967), "Epílogo a uma crónica: La situación de la sociología en Argentina", *Revista Latinoamericana de Sociología*, vol. 3, núm. 1.
- Germani, Gino (1962): *La sociología científica*. Apuntes para su fundamentación, México, Universidad Nacional de México.
- Germani, Ana (2004), *Gino Germani. Del antifascismo a la sociología*, Buenos Aires, Taurus.
- Gómez, Justino e Sandoval, Mario (2004): *Más allá del oficio de sociólogo*, Chile, UCSH.
- Heilbron, Johann (1986), "La professionalisation comme concept sociologique et comme stratégie des sociologues", en AAVV, *Historiens et Sociologues aujourd'hui*, París, CNRS.
- Hein, Pablo (2004): "La profesión del sociólogo: ingreso, mercado y poder profesional", In: Mazzei, Enrique: *El Uruguay desde la sociología II*, Montevideo, Udelar.
- Jackson, Luiz e Blanco, Alejandro (2014), *Sociologia no espelho*, São Paulo, Editora 34.
- Keinert, Fabio (2010), *Cientistas sociais entre ciência e política (Brasil, 1968-1985)*, São Paulo, USP, tese de doutorado.
- Kreimer, Pablo e Blanco, Alejandro (2008), "Sociologie et démocratie? Un panorama de la discipline en Argentine entre 1983 et 2007", *Sociologies pratiques*, núm. 16.
- Lahuerta, Milton (2001), "Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil", *Cad. Ael.*, vol. 8, num. 14/15.
- Legrand, Monique e Vrancken, Didier (2004), *L'expertise du sociologue*, París, L'Harmattan.
- Leite, Ana (2003), "Os cientistas sociais do Rio do Janeiro e suas opções profissionais nos anos 90", XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Campinas.
- Liedke Filho, Enno (1990), "Sociologia e Sociedade. Brasil e Argentina (1954-1984)",

Cadernos de Sociologia, núm. 2.

- Limongi, Fernando (1989) "Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo", em Miceli, Sérgio (org.), *História das ciências sociais no Brasil*, vol. 1, São Paulo, IDESP.
- Machuca, Adriana, (2008), *La identidad profesional de los sociólogos*. México D.F., FLACSO, dissertação de mestrado.
- Marinho, Marcelo (1987), "A profissionalização da sociologia no Brasil", DADOS, núm. 2.
- Massi, Fernanda (1989), "Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960)", In: Miceli, Sérgio (org.), *História das ciências sociais no Brasil*, vol. 1, São Pablo, IDESP.
- Melo, Eduardo (2005), *As práticas profissionais do sociólogo como representações sociais dos alunos de ciências sociais da UFPR*, Curitiba, UFPR, tesis de maestría.
- Miceli, Sérgio (1989), "Por uma Sociologia das Ciências Sociais", em Miceli, Sérgio (org.) *História das ciências sociais no Brasil*, Vol. 1, São Paulo, IDESP.
- Miceli, Sérgio (1995), "O cenário institucional das Ciências Sociais no Brasil", em Miceli Sérgio (org.), *História das ciências sociais no Brasil*, vol.2. São Paulo, Sumaré.
- Miglievich, Adélia (1999), "A sociologia quando 'sai' da universidade: ilustrações para um debate", *Cadernos Ceru*, num. 10.
- Mora y Araujo, Manuel (1971): "La sociedad y la praxis sociológica", *Desarrollo Económico*, Vol.11, nº41, Buenos Aires.
- Moraes Filho, Evaristo (1966), "Regulamentação da profissão de sociólogo", *Síntese Política Econômica Social*, núm. 31.
- Noé, Alberto (2005), *Utopía y desencanto. Creación e institucionalización de la Carrera de Sociología de la Universidad de Buenos Aires*, Buenos Aires, Miño y Dávila.
- Oliveira, Lucia (1995), "As Ciências Sociais no Rio de Janeiro", em Miceli Sérgio (org.), *História das ciências sociais no Brasil*, vol.2. São Paulo, Sumaré.
- _____ (2005), "Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina", *Sociologias*, nº14.
- Ortiz, Renato (1990), "Notas sobre as ciências sociais no Brasil", *Novos estudos*, núm. 27.
- Pécaut, Daniel (1990), *Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo ea nação*. São Paulo, Editora Ática.
- Pereyra, Diego (2007), "Cincuenta Años de la Carrera de Sociología de la UBA. Algunas notas contracelebratorias para repensar la historia de la Sociología en Argentina", *Revista Argentina de Sociología*, vol. 9.

- Perlatto, Fernando (2010), "Sociologia pública e o Brasil: apontamentos para um debate", *Revista de Ciências Humanas*, vol. 10, núm. 2.
- _____ (2013), *Sociologia pública: Imaginação sociológica e problemas públicos*. Rio de Janeiro, IESP-UERJ, tese de doutorado.
- Piriou, Odile (2006), *La facecachée de la sociologie*, París, Belin.
- Pulici, Carolina (2008), *Entre sociólogos. Versões conflitivas da "condição de sociólogo" na USP dos 1950-1960*, São Paulo, Edusp.
- Raus, Diego (2007), "La sociología en el 'Proceso'", *Sociología en Debate*, núm. 1.
- Reynaga Obregón, Sonia (1998), *Los futuros sociólogos. Aproximaciones a su formación, representaciones y mercado laboral*, México, Fondo Editorial Universitario.
- Rubinich, Lucas (1999), "Los sociólogos intelectuales: cuatro notas sobre la sociología en los '60", *Apuntes de Investigación*, núm. 4.
- _____ e Langieri, Marcelo (2007), "Introducción", en AAVV, *La sociología ahora*, Buenos Aires, SigloXXI.
- _____ e Beltrán, Gastón (eds.) (2010), *¿Qué hacen los sociólogos?*, Buenos Aires, Aurelia.
- Sábato, Hilda (1996), "Sobrevivir en dictadura: las ciencias sociales y la "universidad de las catacumbas", en Quiroga, Hugo e Tcach, Carlos (comps.), *A veinte años del golpe, con memoria democrática*, Rosario, Homo Sapiens.
- Sarlo, Beatriz (2002), *La batalla de las ideas*, Buenos Aires, Ariel.
- Schwartzman, Simon (1995), "Os estudantes de ciências sociais", en Pessanha, Elina e Villas Boas, Glaucia (orgs.) *Ciências Sociais. Ensino e pesquisa na graduação*, Rio de Janeiro, Jornada Cultural.
- Sidicaro, Ricardo (1993), "Reflexiones sobre la accidentada trayectoria de la sociología en la Argentina", *Cuadernos Hispanoamericanos*, núm. 517-519.
- Steren dos Santos, Tania e Barreto, Raquel (2010), "Os egressos de Ciências Sociais de uma universidade pública, na perspectiva da sociologia das profissões", *Revista do CFCH*, num. 2.
- Svampa, Maristella (2008): "Reflexiones sobre la sociología crítica en América Latina y el compromiso intelectual", In: *Cambio de época*, Buenos Aires, SigloXXI
- Torini, Danilo (2012), *Formação e identidade profissional: a trajetória de egressos de Ciências Sociais*, São Paulo, USP, tesis de maestria.
- Trindade, Hélgio (2007), "Las ciencias sociales en Brasil: fundación, consolidación y expansión", Trindade, Hélgio (coord.), *Las ciencias sociales en América Latina en perspectiva comparada*, México D.F., SigloXXI.
- Unzué, Martín (2013), "Autonomía, evaluación y políticas públicas. Tendencias y límites en los sistemas de Argentina y Brasil", en Unzué, Martín e Emiliozzi,

Sergio (comps.) *Universidad y políticas públicas. ¿En busca del tiempo perdido?* Buenos Aires, Imago Mundi.

Verón, Eliseo (1974), *Imperialismo, lucha de clases y conocimiento: 25 años de sociología en Argentina* Buenos Aires, Tiempo Contemporáneo.

Vianna, Luiz (2004), "A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social a agenda americana de pesquisa", em Vianna, Werneck, *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*", Rio de Janeiro, Revan.

EDIÇÕES ANTERIORES

- Caderno de Trabalho Netsal v2. n.5 (2014) – Movimientos sociales y gobiernos en América Latina: nuevos escenarios, tipología de relaciones y formas Estado/movimiento, *Breno Bringel y Alfredo Falero*
- Caderno de Trabalho Netsal v2. n.4 (2014) – Fronteiras turvas: sociedade e Estado no Trópico de Cochabamba, Bolívia, *Alice Soares Guimarães*
- Caderno de Trabalho Netsal v1. n.3 (2013) – A tradição das Refundações, *Fabricio Pereira da Silva*
- Caderno de Trabalho Netsal v1. n.2 (2013) – Imaginário e Política na Modernidade, *José Mauricio Domingues*
- Caderno de Trabalho Netsal v1. n.1 (2013) – Participação, Poder e Democracia, *Sara Deolinda Cardoso Pimenta*

